PPP DA ESCOLA DIFERENCIADA DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO TAPERA NA PRESERVAÇÃO DA CULTURA E HISTÓRIA DOS ÍNDIOS TREMEMBÉ

Erika Dayane Lopes Domingos [1], AntÔnio Oliveira Nhaga [2], Jaqueline Sgarbi Santos [3]

RESUMO

Sabe-se que a luta por uma escola de qualidade que atenda a demanda das necessidades do campo e principalmente dos indígenas é uma conquista recente, com isso o presente artigo busca abordar a escola de campo através do Projeto Político Pedagógico da Escola Diferenciada de Ensino Fundamental e Médio Tapera como forma de preservar a cultura e história indígena do povo Tremembé. O estudo foi realizado durante uma aula prática da disciplina de Educação do Campo e Desenvolvimento do curso de Agronomia, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro – Brasileira – UNILAB, que ocorreu no Assentamento Lagoa do Mineiro, município de Itarema CE nos dias 24, 25 e 26 do mês de novembro de 2016. A pesquisa foi feita através de entrevistas com os populares e as lideranças da escola indígena, que ensina além de disciplinas convencionais, as disciplinas tradicionais dos Tremembé, como a medicina tradicional e o artesanato, além de focarem na história e geografia da tribo. Com a implantação do Projeto Politico Pedagógico aplicado na escola diferenciada de Tapera percebe-se o quanto os ensinamentos tradicionais contribuem com os alunos, de modo a manter a identidade cultural e histórica das raízes indígenas para as gerações futuras.

Palavras-chave:

Indígena. Tremembé. Escola. Cultura.

[1] UNILAB, IDR, Discente, e-mail: erikamelo6@gmail.com
[2] UNILAB, IDR, Discente, e-mail: ponipau2013@gmail.com
[3] UNILAB, IDR, Docente, e-mail: sgarbi.jaqueline@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

“O direito a uma Educação Escolar Indígena - caracterizada pela afirmação das identidades étnicas, pela recuperação das memórias históricas, pela valorização das línguas e conhecimentos dos povos indígenas e pela revitalizada associação entre escola/sociedade/identidade, em conformidade aos projetos societários definidos autonomamente por cada povo indígena - foi uma conquista das lutas empreendidas pelos povos indígenas e seus aliados, e um importante passo em direção da democratização das relações sociais no país” (SECAD, 2007).

A luta por acesso à escola de qualidade no meio rural, no campo brasileiro, vem adquirindo visibilidade e força nos últimos anos. O que hoje nomeamos por Educação no/do Campo tem sua trajetória vinculada aos movimentos sociais que, na década de 90 do século passado, exigiam uma Educação a qual legitimasse os modos de vida dos sujeitos pertencentes ao campo (Duarte e Santos, 2015, p 659).

Com a conquista pela escola no campo, os povos indígenas então conquistaram também o seu espaço, pois “As políticas públicas relativas à Educação Escolar Indígena pós-Constituição de 1988 passam a se pautar no respeito aos conhecimentos, às tradições e aos costumes de cada comunidade, tendo em vista a valorização e o fortalecimento das identidades étnicas” (SECAD, 2007). Com isso, os Projetos Políticos Pedagógicos da escola, poderiam ser pensados de acordo com os costumes e tradições da tribo.

Segundo Gleba Cascada (2013) “O Projeto Político Pedagógico é um documento orientador das ações da escola, onde se registam os alvos a atingir, as opções estratégicas a seguir. Em função dos diagnósticos realizados, dos valores definidos e das concepções teóricas escolhidas.” Veiga (1998) complementa afirmando que o PPP é um documento dinâmico, fruto de um processo global, em permanente construção. Assim, os fundamentos ideológicos, moral, filosófico, cultural, ético, metodológico, relacional dos conteúdos a serem ensinados e aprendidos, a relação teoria e prática, dentre outros, devem estar postos no PPP como fruto de uma reflexão e investigação compartilhada e comprometida com a autonomia, com o debate das diferenças, com o respeito à democracia e, sobretudo, com a formação de cidadãos críticos e conscientes.

Dessa maneira, percebe-se o quanto é necessário continuar com o processo de luta para a reafirmação dos direitos e conquistas indígenas, principalmente no que diz respeito à educação e valorização da cultura de um povo. Neste sentido o presente artigo consiste em relatar a visita de campo que foi realizada pelos estudantes de curso de Agronomia, da disciplina de Educação do Campo e Desenvolvimento, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB, à Escola Diferenciada de Ensino Fundamental e Médio Tapera do Assentamento Lagoa do Mineiro, localizado no município de Itarema – CE

A visita foi feita nos dias 24, 25 e 26 do mês de Novembro de 2016, e teve como objetivo conhecer as lutas, as conquistas alcançadas e o Projeto Político Pedagógico da Escola de Ensino Fundamental e Médio Tapera, como forma de preservar a cultura indígena do povo Tremembé.

METODOLOGIA

Para realização desta pesquisa de campo, utilizou-se o diário de campo para anotações, entrevistas (junto aos populares e lideranças), gravações, visitas de campo, registros fotográficos (celulares e máquinas fotográficas), filmadoras e leituras de alguns artigos que foram propostos em sala de aula.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Evandro e Fernando que é assessor financeiro da Escola Diferenciada de Ensino Fundamental e Médio Tapera, o povo Tremembé somente passou a se organizar a partir dos anos de 1993 á 1995 para reivindicar os direitos pela demarcação da terra, pois as terras onde eles vivem atualmente estão sob domínio

de posseiros, grandes empresas e fazendeiros, e esse é ainda o maior problema existente. Seguido essa luta iniciou-se então, o processo para a conquista da escola indígena bem como a adequação do PPP que fosse pautado nas tradições da tribo e que mantivessem a cultura para as futuras gerações.

Essas lutas ocorreram devido a grande descriminação que os indígenas sofriam nas escolas públicas do município, sobretudo pelo preconceito que se tinha com relação à cultura, pois os alunos "comuns" acreditavam em coisas absurdas, como índio não usa roupa, ou não pode ter celular e as vezes que nem tinham direito a acessar ao ensino superior, mas felizmente tal conceito está mudando. Outro fator que impulsionou a busca pela escola para a área indígena foi o receio que os pais tinham de seus filhos acabarem perdendo a identidade de ser um índio Tremembé.

A escola começou a funcionar em julho de 1996 e entre os anos de 1996 á 1999 iniciou-se trabalho voluntário dos nativos, que passaram a ministrar aula apesar de muitos nem terem a formação adequada. Mesmo assim passaram a ajudar as crianças a ter acesso escola na própria comunidade. Somente em 2000 que se conseguiu firmar uma parceria com governo de estado e em 2002 alguns dos professores conseguiram primeiro contrato temporário.

Atualmente a escola tem reconhecimento pela secretaria nacional de educação e é credenciada junto ao governo estadual, porém ainda há dificuldades a serem enfrentadas, como a falta de concurso público para a efetivação dos professores, pois todos trabalham apenas com contrato temporário tendo que reivindicar um novo contrato anualmente e esse é um panorama nacional, ocorrendo em todas as escolas indígenas do país.

Apesar das dificuldades ainda existentes, a escola continua em pleno funcionamento e irá formar em Dezembro de 2016 a primeira turma de ensino médio, tudo com base no Projeto Político Pedagógico (PPP) pensado para a escola indígena. O PPP da Escola de Tapera foi construído a partir da participação de toda comunidade, incluindo as lideranças (cacique e pajé), os anciões e os civis que colocaram pautas para serem discutidos visando à inserção de disciplinas que suprissem as necessidades dos alunos e contribuíssem para preservação da identidade, cultura e história dos Tremembé.

Com a discussão e análise das pautas sugeridas foram introduzidas disciplinas diferenciadas das ministradas na "escola dos brancos" como: Medicina tradicional e artesanato. Também há disciplinas convencionais que foram complementadas junto as tradicionais dos índios Tremembé, como no caso da história e geografia que além de serem ministradas normalmente passaram a ser complementadas de acordo com a história e geografia desse povo.

Dessa maneira as disciplinas são trabalhadas de forma a focar mais na própria cultura, história e convivência de povo indígena Tremembé. A geografia, por exemplo, foca nas terras onde vivem, isto é, nas referências das localidades, onde existem diferentes espécies de plantas para serem utilizadas na medicina tradicional, quais as zonas mais propícias para caça e pesca e quais as áreas de plantação de cajueiros e coqueiros. Na disciplina de história os alunos estudam suas origens, história dos seus antepassados, e o processo de reivindicação da posse de terra.

Apesar da importância de tais disciplinas para os Tremembé, estas ainda não estão inseridas na grade curricular dos alunos, e é outro desafio a ser enfrentado, pois os índios dessa tribo entendem que através desses ensinamentos partilhados pelas lideranças da tribo que ministram as oficinas, os alunos estariam fortalecendo a cultura e história popular indígena da tribo.

CONCLUSÕES

Dessa maneira entende-se que o Projeto Político Pedagógico aplicado na Escola Diferenciada de Ensino Fundamental e Médio Tapera, é uma forma excepcional de se preservar a cultura e história da tribo

Tremembé, pois através desse projeto, percebe-se o quanto essa comunidade é rica e tem muito a ensinar, e que apesar das dificuldades ainda enfrentadas, mostram o quanto é importante se manter a identidade cultural e histórica de suas raízes para as futuras gerações.

AGRADECIMENTOS

A Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB.

Ao Instituto de Desenvolvimento Agrário - IDR.

A professora Juliana Sgarbi Santos.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, E. C. A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL E DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA. Disponível em: http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt1/a_educacao_do_campo.pdf. Acesso em: 29 de nov. 2016.

DRAGO, R.; PASSAMAI, M. H. B.; ARAUJO, G. C. Projeto Político Pedagógico da Educação do campo. 2010. Disponível em: http://web2.ufes.br/educacaodocampo/down/cdrom5/pdf/caderno.pdf. Acesso em: 29 de nov. 2016.

DUARTE. G. C. S; SANTOS. V. S: Educação do Campo Educação e Realidade. vol. 40, núm. 3, julho-setembro, 2015, pp. 659-666 Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Brasil. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=317239877002. Acesso em: 29 de nov. 2016.

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola. Abril de 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoindigena.pdf. Acesso em: 29 de nov. 2016.